

Proposta para financiar os investimentos

por Claudia Safatle
de Brasília

No café da manhã que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, teve com sete empresários do Movimento Brasil S.A., na última sexta-feira, além do apoio explícito do setor privado à manutenção da equipe econômica, foi discutida, também, uma forma engenhosa de financiar a retomada dos investimentos pelos empresários.

Foi exatamente no momento em que a secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, começou a falar sobre seus planos nesta área — a de novos investimentos — que o encontro com os sete empresários transformou-se de um ambiente tenso e apreensivo para uma discussão em torno de saídas para a crise econômica.

A idéia parece ainda embrionária, mas é a seguinte: para que os empresários do setor privado busquem financiamentos na rede bancária, a juros elevados, para tocar investimentos novos, o governo, através do Tesouro Nacio-

nal, emitiria um título destinado a subsidiar e equalizar os juros desses financiamentos. Título este que teria poder liberatório para pagamento do Imposto de Renda decorrente do lucro obtido com os novos investimentos. Uma forma de retomar uma taxa de crescimento sem pressionar o combalido caixa do Tesouro Nacional, comentou um participante do café da manhã a este jornal.

É provável que soluções dessa natureza tenham motivado os empresários a não tocar num problema que os incomoda no dia-a-dia: as elevadas taxas de juro. "Não vejo outro nome para substituir o ministro Marcílio. O governo também não deveria alterar a política econômica. Não devemos alijar algo que está dando certo", disse o presidente da FIESP, Mário Amato. No início da semana, Amato havia declarado apoio ao ministro Marcílio, mas se queixado veementemente dos juros elevados.

"Ninguém gosta de juros altos, mas a taxa só vai baixar quando houver aumenta-

to do fluxo de caixa do Tesouro", admitiu Alcides Tápias, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Todos os empresários defenderam, também, a urgência da aprovação de uma reforma fiscal para 1993.

O cerco de solidariedade que se formou em torno da equipe econômica fez com que "a semana terminasse melhor do que começo", disse um dos secretários do Ministério da Economia. Isso, contudo, não significa que as pressões por mais gastos, vindas do PFL, estejam contornadas. Até agora, o que se conseguiu foi reduzir de Cr\$ 10 trilhões para Cr\$ 4 trilhões o pedido de gastos extras dos ministérios da Ação Social, dos Transportes e do Trabalho, além dos Cr\$ 5 trilhões já definidos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), para pagamento de diárias hospitalares pelo Ministério da Saúde.

Há um intenso trabalho para remanejar verbas — até o valor de uns Cr\$ 4 trilhões —, que estariam em programas menos prioritários, para destiná-las aos demais ministros. Tarefa que ainda não foi concluída.

O ministro da Economia continuará no cargo, segundo confidenciaram fontes próximas a Marcílio, enquanto o presidente Collor mantiver a determinação, que lhe foi transmitida na semana passada, de que não deixará "implodir o programa econômico", como se expressou a fonte.

Depois do encontro com empresários, o ministro da Economia foi para Belo Horizonte onde se encontrou com alguns governadores. Luiz Antônio Fleury Filho, governador de São Paulo, e Hélio Garcia, de Minas Gerais, fizeram um contraponto às críticas que partiram, na semana passada, do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, contra a política econômica de Marcílio. Fleury lembrou que vem, há mais de um ano, mostrando sua insatisfação contra a recessão. "Mas as correções de rumo podem ser feitas pela própria equipe econômica. O ministro Marcílio, hoje, é fundamental para o equilíbrio da economia do País", disse.